

AS USINAS DE AÇÚCAR E AS DESTILARIAS DE ÁLCOOL DO RIO GRANDE DO NORTE*

Manuel Correia de Andrade**

INTRODUÇÃO

A pesquisa visou fazer uma análise da agroindústria canavieira, no período que começou com a implantação dos engenhos centrais e continuou pelas usinas, que foram, gradativamente, eliminando os velhos engenhos banguês. Não nos interessou, senão como fornecedor de subsídios, o período anterior à fase de mais intensa industrialização, por considerarmos que a história do açúcar, no período colonial e imperial, já vem sendo estudada em profundidade por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos e economistas, havendo uma substancial bibliografia a respeito. Quanto ao período das usinas e, mais ainda, das destilarias autônomas, a bibliografia é ainda muito escassa e aborda sobretudo aspectos técnicos e/ou estritamente econômicos. Daí considerarmos a oportunidade de uma análise histórico-geográfica a respeito desta fase, de muita importância, sobretudo para os estados em que a atividade canavieira tem grande peso na economia.

A AGROINDÚSTRIA E O PROCESSO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O Rio Grande do Norte não pode ser considerado como um dos grandes produtores de açúcar e álcool do país, sobretudo se compararmos a sua produção com a de estados grandes produtores - São Paulo, Pernambuco, Alagoas, etc., mas ela é expressiva e se encontra em crescimento, como pode se observar nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Cotas de produção de açúcar para a safra 1987/88

Estado	Cota de Produção (t)
São Paulo	3 617.230
Pernambuco	1 677.280
Alagoas	1 400.700
Minas Gerais	500.000
Rio de Janeiro	450.000
Paraná	200.000
Paraíba	160.000
Rio Grande do Norte	145.000
TOTAL DO NORDESTE	3 709.980
BRASIL	8.599.010

Fonte: IAA

*Esse texto é um capítulo do livreto “*Usinas de açúcar e destilarias no Rio Grande do norte e na Paraíba: agroindústria canavieira e a produção do espaço*”, publicado originalmente pela ESAM, Mossoró, 1988 (Coleção Mossoroense, Série C, v.426). A introdução foi recortada mantendo-se a ideia específica sobre o texto. As referências no final são aquelas citadas que constam ao longo do texto selecionado. No presente texto foram corrigidos atualizadas algumas grafias.

**À época da publicação o autor era professor aposentado da UFPE.

Apesar de apresentar uma modesta produção de açúcar, o Rio Grande do Norte é o oitavo estado maior produtor do Brasil, contribuindo com 3,9% da produção nordestina e 1,7% da produção brasileira, aproximando-se da Paraíba e já tendo suplantado a da Bahia e a de Sergipe com mais tradição como produtores de açúcar.

O crescimento do processo usineiro no Rio Grande do Norte pode ser observado quando se constata que na safra 1936/37 a sua produção de açúcar foi de 220.556 sacos de 60 kg, e que desta produção apenas 28.512 era de açúcar de usina, o que correspondia a 13% do total. Quando os banguês estavam praticamente em vias de extinção em Pernambuco e Alagoas eles ainda dominavam, de forma absoluta, a produção norte-rio-grandense. Fato que pode ter sido consequência da maior importância do gado e do algodão na economia deste estado e da preferência generalizada da população do interior pelo açúcar mascavo e pela rapadura, como adoçantes. A sua produção era, como é ainda hoje, inteiramente destinada ao mercado interno.

A partir da safra de 1957/58 é que a produção de açúcar tomou um grande impulso, como se pode observar na tabela 2.

Tabela 2: Crescimento da produção de açúcar de usina no Rio Grande do Norte - 1957/58

Safra	Produção (Sacos de 50 Kg)
1957/58	271.122
1963/64	323.339
1969/70	468.130
1972/73	521.285
1975/76	725.760
1978/79	1.061.516
1981/82	1.328.180
1984/85	2.194.780

Fonte: IAA

A partir da safra de 1972/73, com a unificação das usinas São Francisco e Ilha Bela, a produção de açúcar passou a ser feita apenas em duas usinas, a Estivas, de grande porte, e a São Francisco, de porte médio. Na safra de 1983/84 a produção estadual ultrapassaria os dois milhões de sacos, sendo que cerca de 70% produzidos pela usina Estivas.

É muito provável que se o mercado de açúcar apresentar uma sensível melhora, a produção norte-rio-grandense será naturalmente estimulada a crescer, tanto pela conquista de novas terras, ainda ociosas ou sub-ocupadas pela pecuária e por culturas de menor expressão econômica, ou mesmo, conforme a política do governo em relação ao problema dos combustíveis, pela transformação de algumas destilarias autônomas em usinas de açúcar. No momento, o mercado internacional do produto se encontra em crise e a produção de álcool tende a se retrair em face do crescimento da concorrência do petróleo, cujos preços estão em baixa, ao mesmo tempo em que a produção brasileira, com a exploração das jazidas na plataforma submarina, cresce. Do crescimento da produção e do consumo irá depender, certamente, a política alcooleira do Governo Federal que tem o controle não só como principal comprador como através do estabelecimento de cotas de

produção. Quanto à produção de álcool, como se observa na tabela 3, o Rio Grande do Norte se classifica no décimo lugar, mas é uma produção expressiva e em crescimento.

Tabela 3: Cotas de produção de álcool para a safra 1987/88

Estado	Cota de Produção (m³)
São Paulo	7.736.500
Alagoas	846.550
Paraná	782.200
Pernambuco	590.750
Minas Gerais	589.200
Paraíba	375.700
Goiás	372.100
Rio de Janeiro	322.400
Mato Grosso do Sul	287.700
Rio Grande do Norte	218.800
TOTAL DO NORDESTE	2.247.100
BRASIL	10.093.300

Fonte: IAA

Analisando-se a tabela observa-se que apesar do Nordeste produzir cerca de 22,3% da produção nacional de álcool, a produção maior; é a de São Paulo que, sozinho, contribui com 76,6% da produção nacional; ainda estados que não tinham tradição de produção açucareiro como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, etc têm hoje produção expressiva. Naturalmente que o PROÁLCOOL procurou estimular a implantação de um maior número de destilarias autônomas no Estado de São Paulo, onde também é maior a demanda do produto e naqueles que lhe ficavam mais próximos e ao Rio de Janeiro, maior área consumidora e onde havia maior disponibilidade de terras para a expansão da cultura de cana-de-açúcar. Nos estados tradicionalmente produtores, como Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Bahia a produção de álcool continuou a ter menor importância do que a de açúcar. No Rio Grande do Norte, que até 1970 tinha uma produção pouco expressiva de açúcar e de álcool houve um expressivo crescimento da produção do álcool, não só em função da modernização e ampliação da capacidade das duas destilarias anexas às usinas, como da implantação de três destilarias autônomas; por isto o estado tem hoje uma produção de álcool que corresponde a 9,7% da produção nordestina e 1,2% da produção brasileira.

Esta política é de fácil compreensão se levarmos em conta que da produção total do açúcar do Brasil, cerca de 65 a 70%, se destinam à exportação, enquanto que a produção de álcool, para igual destino, tem um percentual insignificante, da ordem de 3%.

O processo usineiro no Rio Grande do Norte iniciou-se com grande atraso em relação ao de outros estados do Nordeste; a primeira usina foi instalada em 1925, a Estivas no vale do rio Jacu, mantendo-se até a década de sessenta com uma produção pequena. O seu crescimento era dificultado pela falta de áreas apropriadas à cultura da cana, dentro dos padrões técnicos da época, e por problemas de financiamentos e de administração. Hoje é a usina que tem maior cota de produção no Nordeste (2.175.000 sacos) e apenas 9 usinas - paulistas - no país suplantam a sua cota. A segunda usina, a São Francisco, tem uma cota modesta - 725.000 sacos de 50 Kg - apesar de ter o controle do vale do Ceará Mirim, considerado de grande fertilidade e aptidão para a cultura canavieira. Ela controla uma área que outrora pertenceu a quatro pequenas usinas.

Quanto à produção de álcool, além das destilarias anexas a estas duas usinas, existem três destilarias autônomas, com cotas para o período de 1987/88 assinaladas na tabela 4.

Tabela 4: Cotas de produção de álcool para a safra 1987/88

Destilarias	Produção de Álcool (m ³)		
	Total	Anidro	Hidratado
Baía Formoso	72.000	22.000	50.000
Estivas	43.800	12.000	31.800
Outeiro	35.000	-	35.000
Agromar	38.000	8.000	30.000
São Francisco	24.000	6.000	18.000

Fonte: IAA

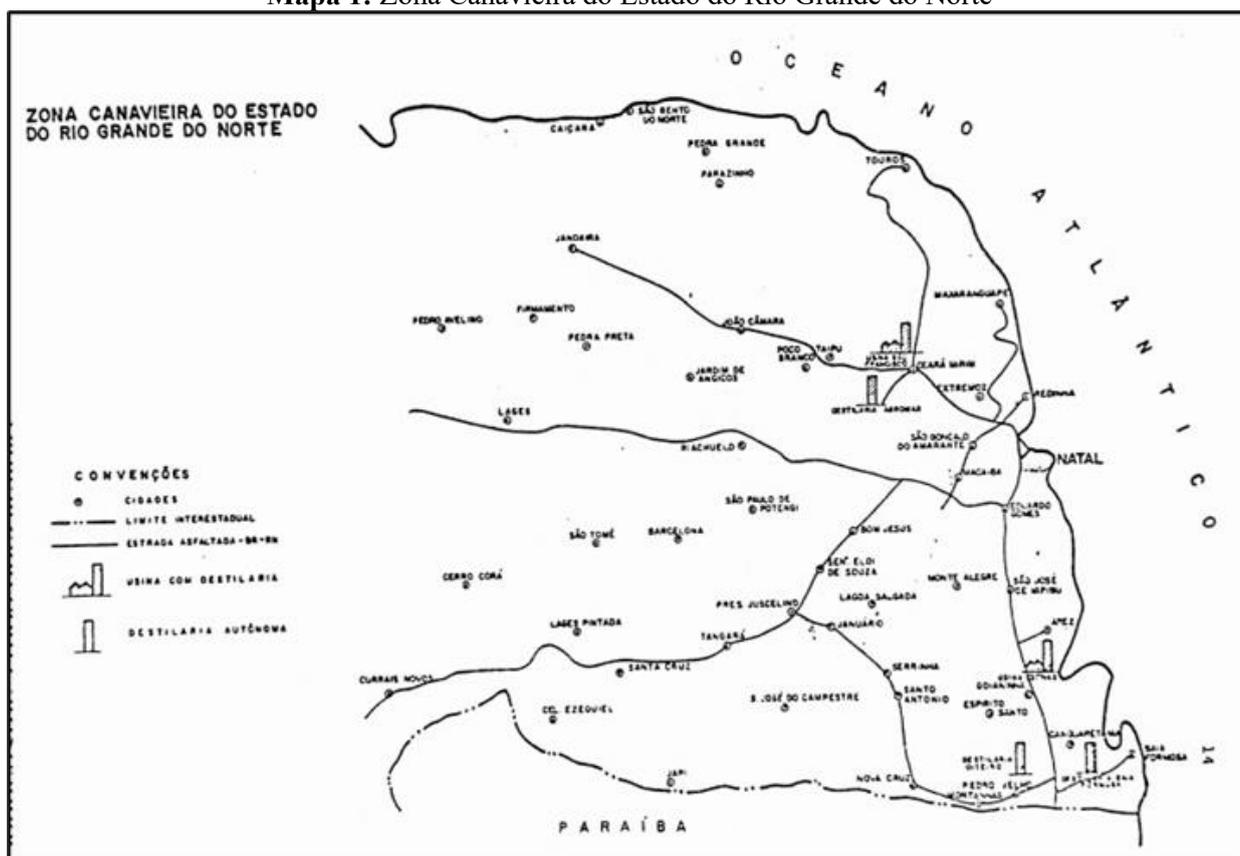
Pela análise da tabela vê-se que a produção de álcool hidratado é muito mais elevada do que a de álcool anidro - 144.800m³ - em um total de 218.800m³, tendo expressão como produtora deste tipo de álcool, as destilarias de Baía Formosa e de Estivas. A Outeiro produz apenas o álcool hidratado e a Agromar e a São Francisco têm pequena produção de álcool anidro.

Tanto o açúcar como o álcool produzidos no Rio Grande do Norte destinam-se ao consumo interno, não dispondo o estado de cotas de exportação. Daí não produzir o açúcar demerara, mas apenas o do tipo cristal.

Observando-se o mapa 1 vê-se que a área canavieira do Rio Grande do Norte se circunscreve à porção oriental do estado, à microrregião de Natal, onde se situam 18 municípios¹ estando a destilaria Agromar e a usina São Francisco no norte do paralelo de Natal e a usina Estivas e as destilarias Baía Formosa e Outeiro, bastante ao sul, próximas à fronteira paraibana.

¹Os municípios são: Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Ceará-Mirim, Eduardo Gomes, Espírito Santo, Extremoz, Goianinha, Macaíba, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Pedro Velho, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e Vila Flor.

Mapa 1: Zona Canieira do Estado do Rio Grande do Norte



Para melhor compreender a dinâmica do crescimento da agroindústria no Rio Grande do Norte, torna-se necessário fazer uma análise da evolução histórica da mesma e dos problemas que a afligem atualmente.

A EVOLUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA NO RIO GRANDE DO NORTE

O Rio Grande do Norte teve a sua costa explorada pelos portugueses e franceses no Século XVI, mas a ocupação portuguesa só de iniciaria nos fins do século, quando foram construídas a vila do Natal e o forte dos Reis Magos (1598).

O povoamento resultou do avanço, para o norte, da ocupação iniciada em Pernambuco, com Olinda como ponto de apoio, e foi determinado pela luta que os portugueses desenvolviam para expulsar os franceses que comerciavam com os indígenas e pela necessidade de conquistar terras que se prestassem à pecuária extensiva.

Conquistado o Rio Grande, a base econômica da sua ocupação seria a pecuária, tornando-se ele um fornecedor de animais de trabalho e de abate para a concentração populacional que se adensava no litoral pernambucano. Havia, porém, uma série de vales úmidos, cobertos por florestas densas, com numerosos olhos d'água, regados e cortados por rios que vinham do interior, das áreas mais secas, cujos solos se prestavam à agricultura. Naturalmente que os criadores de gado, necessitando produzir alimentos na área em que viviam, implantaram, ao lado das fazendas e dos currais, sítios onde cultivavam a mandioca, o milho, o feijão, as fruteiras e a cana-de-açúcar. Esta última destinada, desde o Século XVII, à produção de rapadura.

O primeiro engenho do Rio Grande do Norte foi fundado pelo próprio Jerônimo de Albuquerque, na porção meridional, na várzea do Cunhaú, daí recebendo o seu nome. O Cunhaú é o nome dado ao baixo curso do rio Curimataú que se origina no Cariri Paraibano e corre em direção ao nordeste e em seguida ao leste, onde desemboca no oceano Atlântico.

As condições para a cultura da cana-de-açúcar no Rio Grande do Norte eram bem inferiores as de Pernambuco; dominavam aí solos terciários planos, de tabuleiro, que não eram favoráveis a essa cultura. Ela se circunscrevia às várzeas dos rios que desciam das caatingas interioranas, dentre os quais se destacavam, do sul para o norte, o Cunhaú, o Jacu, o Trairi, o Potengi, o Ceará-Mirim e o Maxaranguape. As condições climáticas também limitavam a expansão da cultura, de vez que os totais pluviométricos anuais caíam à proporção que se caminhava do sul para o norte². Na várzea a cultura se circunscrevia praticamente ao leito maior do rio, aquela área inundada nas grandes cheias e onde eram depositados os sedimentos trazidos do interior. Nas áreas marginais desenvolvia-se um solo arenoso, o arisco, que se prestava bem à cultura de tubérculos, mas não favorecia o desenvolvimento de gramíneas como a cana. Grandes trechos dessas várzeas tinham solos de turfa que permaneciam encharcados durante quase todo o ano. Na foz dos rios as dunas litorâneas barravam muitas vezes a desembocadura, formando lagoas de água doce, como a de Papari em Nísia Floresta, que eram muito piscosas. O equilíbrio entre a influência da água doce e da água salgada era muito instável, dependendo da força da correnteza durante as cheias e das marés, nas ocasiões de maré alta, podendo ser quebrado facilmente pela ação do homem, ao abrir canais para drenar lagoas e pauis. O caso da lagoa de Papari que se salinizou é um exemplo evidente.

O crescimento da população, a oferta de mão-de-obra e os incentivos do governo colonial favoreceram o desenvolvimento da cultura da cana e a implantação de engenhos rapadureiros e produtores de açúcar mascavo, nos baixos vales, nas várzeas, fazendo com que algumas famílias de proprietários enriquecessem e passassem a gozar de influência e poder na Capitania, depois transformada em Província (1822) e em Estado (1889). Estes senhores de engenho adquiriam escravos para fazer os trabalhos mais pesados, como a drenagem dos rios, a limpeza dos pauis, o plantio de cana nas áreas conquistadas aos alagados, e investiam também na pecuária, em culturas de subsistência, de lavouras alimentícias e na pesca em lagoas e rios. A partir do Século XVIII, com a Revolução Industrial, os proprietários se tornaram também produtores de algodão e tanto na porção oriental como no Agreste e Sertão potiguar ele se tornou cultura mais importante do que a cana-de-açúcar.

Os senhores de engenho, em grande parte de famílias originárias de Pernambuco, se organizaram em padrões semelhantes aos pernambucanos e passaram a controlar grandes áreas e a ter grande influência na administração da coisa pública. Assim, os senhores de Cunhaú, os Albuquerque Maranhão, foram senhores de engenho, oficiais de milícias e da Guarda Nacional, vereadores, deputados e governadores, tendo se apresentado ora como liberais ao aderirem à “revolução” republicana de 1817, ora como oligarcas, durante toda a Primeira República³.

Ao norte, uma das cidades da área açucareira que mais ganhou expressão, a de São José de Mipibu, era controlada por algumas famílias proprietárias, sobretudo pelos Dantas, que deram presidentes de província e governadores de estado. Como os dois Antônio Basílio Ribeiro Dantas e onde em 1876 o Governo Provincial planejou instalar um Engenho Central dando garantias de juros

²ANDRADE, Gilberto Osório de. Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental: o Rio Ceará-Mirim. Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais. Recife, 1957, e CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Serviço de Documentação e Cultura. Rio de Janeiro, 1955.

³CASCUDO, Luís da Câmara. O Livro das Velhas Figuras, v.4, págs,77/79. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1978

de 7% ao ano ao capitalista que se dispusesse ao empreendimento. A importância da cultura da cana de açúcar no vale do Mipibu, já fizera que Miguel Ribeiro Dantas, proprietário do engenho Lagoa do Fumo recebesse o título de Barão de Mipibu. Mas ainda assim as terras dos vales do Mipibu e Trairí não eram suficientes a motivar os capitais de fora a construírem o engenho central e eles preferiram se instalar em Pernambuco, onde havia maior disponibilidade de terras aptas à cultura da cana de açúcar e maior tradição açucareira.

No Ceará Mirim, que se tornaria a principal área açucareira do estado nos fins do Século XIX e na primeira metade do Século XX, o açúcar só ganhou maior importância no Século XIX quando o povoamento se adentrou pela faixa arenosa mais próxima ao litoral, área de Genipabu, de Muriú e de Extremoz, e se concentrou na Boca da Mata. atual cidade de Ceará-Mirim⁴. Os engenhos rapadureiros, movidos a tração animal, se instalavam no arisco, à salvo das inundações, enquanto os plantios eram feitos nos solos aluviais ou nos de turfa das várzeas, no “alagadiço”. A cultura, iniciada tardiamente, provocou o desmatamento, a destruição da floresta e acelerou o processo erosivo, mas criou uma sociedade de elevado status econômico que é denunciada pelas casas-grandes ainda hoje existentes. A mais famosa é a do antigo engenho São Francisco, grande sobrado construído por Manuel Varela do Nascimento que recebeu em 1874, por indicação do Conselheiro João Alfredo, Ministro do Império do Gabinete Rio Branco, o título de Barão de Ceará-Mirim⁵. Senhor de terras e de escravos ele procurou maximizar os rendimentos do seu engenho, melhorando as condições da indústria e drenando áreas alagadas por onde estenderia os seus canaviais.

No vale do Ceará-Mirim é impressionante como os antigos engenhos, hoje na maioria de “fogo morto”, se enfileiram como contas de um rosário em cada uma das margens, no limite entre o alagadiço e o arisco sendo ligados uns aos outros por estradas vicinais que vão desde a área próxima à cidade e à Usina São Francisco até a foz. Das estradas se pode observar o processo de ocupação da várzea, os canais existentes, o grande número de riachos que nasce nos olhos d’água existentes no taludo do tabuleiro o os canais e represas construídos pelo homem, inicialmente às próprias custas e depois pelo Governo Federal, através do Departamento Nacional de Obras de Saneamento -DNOS. Numerosas famílias se destacaram nos engenhos do Ceará-Mirim, como os Varela que deram o Barão de Ceará-Mirim, os Ribeiro Dantas, os Bezerra de Melo, os Pereira, etc.

A importância dos engenhos banguês porém não era forte como em Pernambuco, Paraíba e Alagoas; a primeira tentativa, a nível provincial, de se implantar um engenho central em São José de Mipibu ou em Nísia Floresta, falhou, e uma segunda, de implantar um outro em Ceará-Mirim, não teve êxito.

Em 1887, no auge da política de atração do capital estrangeiro para a implantação de engenhos centrais no Brasil, a North Brazilian Sugar Factories, obteve autorização para construir um engenho central no Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte e outro em Nazaré da Mata em Pernambuco⁶. A companhia inglesa tinha o capital de 207.431 libras esterlinas distribuídas em igual número de ações que foram subscritos inicialmente em Londres. A incorporação foi realizada a 22 de outubro de 1887, comprometendo-se a companhia a construir es. tradas de ferro, linhas telegráficas, telefones e canais. A política de implantação de engenhos centrais visava separar a atividade agrícola, que deveria continuar a ser desenvolvida pelos proprietários de terra, da atividade industrial que caberia aos empresários capitalistas. Daí encarregarem-se os mesmos da implantação de uma infra-

⁴NOBRE, Manoel Ferreira. Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte, 2ª edição, pág. 52. Editora Pongetti, 1971.

⁵CASCUDO, Luís da Câmara. Obra citada, págs. 63/65.

⁶RODRIGUES, José Honório. A Revolução Industrial Açucareira e os Engenhos Centrais. Brasil Açucareiro, abril de 1946, pág. 103.

esfrutura moderna. Também proibia que os engenhos centrais utilizassem a mão-de-obra escrava, por não estar a mesma qualificada para um trabalho especializado.

Se engenhos centrais implantados por companhias estrangeiras em outras províncias, tiveram curta duração, sendo substituídos por usinas dos próprios proprietários, no Rio Grande do Norte, as duas tentativas fracassaram sem que houvesse a implantação das fábricas e o estado só iniciaria o processo usineiro depois de 1920, com um grande atraso em relação aos demais estados do Nordeste.

O PROCESSO USINEIRO

O processo de implantação e desenvolvimento de usinas no Grande do Norte pode ser dividido em duas fases: a primeira compreende o período que vai de 1925 a 1971, quando foram instaladas várias pequenas usinas de produção modesta, e o segundo, após 1971, quando duas delas tiveram consideravelmente aumentadas a sua produção, ampliaram a sua área de influência e ganharam importância. Esta fase coincide com a implantação do programa do PROÁLCOOL e com a implantação de três destilarias autônomas.

A primeira usina instalada no estado foi a Estivas, no município de Arês, na encosta do tabuleiro, voltada para o vale do Jacu que inicialmente seria o seu grande fornecedor de matéria-prima. Seu fundador, Leônidas de Paula, montou uma pequena fábrica de açúcar que durante mais de dez anos não chegaria a apresentar uma safra anual de 10.000 sacos de 60 Kg. A sua produção equivaleu assim, durante mais de um decênio, a de um engenho banguê; também não montou destilaria para produção de álcool, continuando a utilizar o mel residual para a produção de aguardente. Só na década de cinquenta é que ela suplantaria os 10.000 sacos e a partir da safra de 1964/65 atingiria os 100.000 sacos anuais.

As limitações ao crescimento da sua produção não decorriam apenas das estruturas industriais, de vez que na época apenas os solos aluviais e de turfa das várzeas é que se prestavam à cultura da cana, e, a usina, à proporção que crescia, passava a adquirir matéria-prima nos vales próximos como o do Cunhaú e do Trairi.

O rendimento agrícola nas várzeas era elevado, apesar dos métodos de cultura serem primitivos e não haver uma grande preocupação com a seleção das variedades cultivadas. Passaram das tradicionais canas Flor de Cuba e Manteiga para as variedades POJ e em seguida CO, tendo esta, devido à sua rusticidade, uma grande expansão na década de cinquenta. Esta expansão foi em parte responsável pela queda da produtividade industrial, de vez que ela possuía baixo teor de sacarose e, apesar de ser uma cana de ciclo vegetativo longo, era quase sempre colhida antes de atingir o pleno amadurecimento. Ainda ocorre que as canas cultivadas em várzeas com grande umidade apresentavam uma produtividade agrícola elevada - de 90 a 100 toneladas por hectare - mas, uma baixa produtividade industrial, trazendo problemas financeiros à usina.

Na década de sessenta o grupo Ribeiro Coutinho dono de várias usinas na Paraíba, adquiriu a Ilha Bela no Ceará Mirim e a Estivas, procurando desenvolver a sua capacidade industrial e fazendo com que a produção se elevasse até os 300.000 sacos, o que caracterizava então uma usina de porte médio. As perspectivas de crescimento eram muito favoráveis e ela não tinha concorrentes numa área muito extensa em que se começava a fazer plantios nos tabuleiros. Esses tabuleiros, de solos pobres em matéria orgânica, necessitavam ser corrigidos, mas, sendo planos, permitiam a mecanização e facilitavam a colheita, A produtividade agrícola era bem inferior a das várzeas - cerca de 70 ton/ha - mas a riqueza em sacarose das canas aí cultivadas e a modernização das

instalações industriais permitiram um maior crescimento da produtividade industrial - chegando a 100 Kg/ton - compensando a baixa produtividade agrícola.

Em 1973 a usina foi adquirida pelo grupo Tavares de Melo, que já tinha o controle de usinas de açúcar em Pernambuco, e diversificara as suas aplicações de capital, implantando uma série de destilarias. O grupo estava determinado a ampliar e modernizar a Estivas e na safra de 1979/80 a produção superou um milhão de sacos de açúcar de 50 Kg, ao mesmo tempo em que a destilaria ganhava grande importância. O seu crescimento se fez intensamente e de acordo com um seguro planejamento, tanto que, mesmo após a fundação de destilarias em Baía Formosa (1978) e em Canguaretama (1982), o crescimento da produção da Estivas continuou no mesmo ritmo e ela se tornou a usina de maior produção de açúcar do Nordeste do país.

No vale do Ceará-Mirim foram implantadas três usinas de pequeno porte: a Guanabara que moeu a primeira safra em 1929, de propriedade do senhor de engenho Antônio Basílio Dantas Ribeiro; a São Francisco, no velho engenho do Barão de Ceará Mirim, de descendentes do mesmo, os herdeiros de Manoel Gouveia, e a Ilha Bela, de herdeiros de José Felix Varela.

A Guanabara era um meio aparelho que funcionou apenas nove anos e teve a sua maior safra em 1930, quando produziu 6.500 sacos de açúcar; em 1937 fundiu-se com a usina Ilha Bela, foi desmontada e teve a sua cota de produção transferida para a mesma. Em 1942 houve desentendimentos entre os sócios da Ilha Bela e um deles separou-se da sociedade, instalando em área de turfa, ao oeste da mesma, a pequena usina Santa Terezinha. Esta usina, de propriedade de Ubaldo Bezerra de Melo, moeu da safra de 1955/56 a 1963/64, tendo produção anual sempre inferior aos 50.000 sacos. Esta meta foi ultrapassada apenas uma vez em 1959/60. Em 1964 ela foi absorvida pela própria Ilha Bela que havia sido adquirida pelo grupo Ribeiro Coutinho, originário da Paraíba, mas que estendia as suas atividades no Rio Grande do Norte. A frente da usina ficou Odilon Ribeiro Coutinho, que participa da política norte-rio-grandense, tendo sido eleito deputado federal pelo Estado em 1962. Apesar de Ilha Bela ter sido uma verdadeira “papa usinas” - absorvendo a Guanabara e a Santa Terezinha - não houve condições de subsistir e teve a última safra no ano de 1970/71; a produção não apresentava crescimento expressivo e nunca atingiu os 170.000 sacos anuais.

Maior importância teria, no vale do Ceará-Mirim, a usina São Francisco que já na primeira safra - 1929/30 - produziu 10.000 sacos de açúcar; com um crescimento de produção lento mas seguro, ultrapassou os 120.000 sacos em 1964/65 e na safra de 1971/72 alcançou os 200.000 sacos, ultrapassando em 1982/83 os 500.000. A família Varela manteve o controle da usina através do proprietário, Luís Lopes Varela, até a década de Setenta. O vale do Ceará Mirim, porém era pequeno para manter duas usinas na escala de produção exigida pelo crescimento industrial do país e ao iniciar-se a década de setenta, as duas usinas nele situadas estavam em crise. Prepararam planos de reequipamento a serem encaminhados ao GERAN - Grupo Executivo de Racionalização da Agroindústria Nordestina - e sofreram fortes pressões dos fornecedores de cana a respeito de nível e forma de pagamento. Também os trabalhadores rurais começavam a se organizar em sindicatos, reivindicando condições mais humanas de tratamento e de vida.

Os empresários se viram em situação difícil e planejaram a fusão das duas usinas, o que foi realizado a partir da safra de 1971/72, quando foram alienadas à Companhia Açucareira do Vale do Ceará Mirim. A nova proprietária, escudada em padrões capitalistas de produção e dispondo de crédito, procurou modernizar e ampliar a usina, estendendo as suas culturas tanto pelas várzeas - como era feita tradicionalmente - como pelas áreas de arisco e de tabuleiro. A mecanização, o uso de adubos e de herbicidas, o planejamento do crescimento e a introdução e experimentação com

novas variedades de cana, permitiram o crescimento da produção industrial. Dispondo de áreas de várzea, onde a cana tem que ser colhida um ano após o plantio, em função do regime das chuvas, cultivam variedades precoces como as CO 290, 419, 421 de origem indiana, a POJ 2878 de origem indonésia e a Azul Casa Grande de origem peruana, enquanto nos tabuleiros cultivam a CO 351 de amadurecimento tardio, podendo assim fazer um cronograma de moagem de acordo com o tempo necessário ao amadurecimento da cana.

A usina dispõe de um grande número de propriedades que ainda não estão inteiramente integradas na produção canavieira, sendo destinadas à pecuária e à cultura de mantimentos, em nível comercial. A tendência é o canavial expandir-se por toda a propriedade, quando se tornar conveniente e onde as condições ecológicas o permitirem. Além de canas próprias, as duas grandes usinas industrializam um alto percentual de canas de fornecedores, antigos proprietários de engenhos banguês e rapadureiros que encerraram suas atividades industriais, restringindo-se à agricultura. Pequenos sítiantes também têm desenvolvido cultura de cana, sendo tributários das usinas.

As destilarias autônomas são mais recentes, tendo sido implantadas depois do surgimento do PROÁLCOOL - Programa Nacional do Álcool, instituído em novembro de 1975. A primeira, instalada no município que lhe deu o nome, Baía Formosa, pertence ao grupo pernambucano liderado por Antônio Farias, falecido em maio de 1988, senador e proprietário, em Pernambuco, da Usina Pedrosa. Ela é a maior destilaria do Estado, contribuindo com 33% da produção do mesmo na safra de 1987/88. Dedicar-se tanto à produção do álcool anidro como do hidratado.

A destilaria Outeiro, instalada em Canguaretama por um grupo local em 1982, teve dificuldades iniciais; não moeu na safra de 1983/84, sendo vendida no ano seguinte ao grupo Antônio Farias, que a reativou. Estas destilarias são abastecidas sobretudo pelos canaviais do vale do Cunhaú, concorrendo na disputa de matéria-prima com a usina Estivas. A destilaria Agromar, pertencente ao grupo Ribeiro Coutinho, situada ao norte do estado, disputa área de influência à usina São Francisco.

A área canavieira do Rio Grande do Norte se expande por terras anteriormente sub-aproveitadas com uma pecuária extensiva em cercados e com lavouras de subsistência. O seu avanço representa assim um maior aproveitamento dos solos e uma maior oportunidade de emprego para a população das camadas inferiores da sociedade, mesmo sabendo-se que a mecanização, o uso intensivo de herbicidas e a modernização industrial são poupadoras de mão-de-obra. Essa expansão monocultora traz também problemas bastante sérios, de vez que prejudica as outras culturas, provoca a queda da produção de alimentos, acarretando problemas de abastecimento urbano e a concentração da propriedade e da renda. Pode-se argumentar com a existência de um grande número de pequenos proprietários, agricultores que abandonaram outras culturas para expandir a cana, tornando-se pequenos fornecedores, com nível de renda um pouco mais elevado; mas deve-se levar em conta que a tendência é a aquisição dos pequenos sítios pela usina e por fornecedores proprietários de fazendas maiores ou até pela aglutinação de pequenos sítios em propriedades maiores. A concentração fundiária caminha, na área açucareira, para a acentuação dos desníveis sociais, enquanto a expansão do canavial provoca a transformação dos antigos moradores que cultivavam a cana para o proprietário e mantimentos para a subsistência, em assalariados que trabalham a semana inteira para a empresa e que não são transferidos para as cidade e vilas próximas às usinas. Esta migração, concentrando os trabalhadores assalariados, vem provocando a “favelização” das cidades, mesmo das pequenas, fazendo cair a qualidade de vida das mesmas.

Um sério transtorno causado pelas usinas e destilarias é o de lançamento de água servidas e do vinhoto nos pequenos rios, muitas vezes temporários, que cortam no verão, na época da safra. Sabendo-se que para cada litro de álcool correspondem 10 litros de vinhoto, veríamos que no Rio Grande do Norte os rios receberam, na safra de 1986/87, cerca de 22.471.00m³ de vinhoto, sendo 2.450.000m³ no vale do Ceará-Mirim e 4.380.000m³ no de Jacu e cerca de 15.671.000 litros são lançados em rios e riachos de menor volume d'água. A poluição muitas vezes se faz sentir até o Oceano, nas proximidades da foz destes rios. Os apelos e as tentativas de utilização econômica do vinhoto ainda não se efetivaram em escala expressiva no Nordeste do Brasil.